

RELATORIO





RELATÓRIO



MÊS DA CONSCIENTIZAÇÃO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

COMPOSIÇÃO

Presidente
Des. Sérgio Fernandes Martins

Vice-Presidente
Des. Dorival Renato Pavan

Corregedor-Geral de Justiça Des. Fernando Mauro Moreira Marinho

Coordenadora Desa. Jaceguara Dantas da Silva

Assessoria Jurídica Anne Klean Alexandra Mendes

Coordenadoria de Políticas Preventivas Vanessa Vieira

Coordenadoria de Programas de Intervenção Sandra Regina Monteiro Salles

> Equipe Multidisciplinar Ana Eliza Matos dos Santos Rodrigo Kenji Miyazaki de Souza

Estagiárias Anna Jessica Silvestrini de Araújo Bruna Alves Carvalho Fernanda Ongarato Wanessa Raquel Pinheiro de Oliveira

EXPEDIENTE:

Secretaria de Comunicação Coordenadoria de Gráfica e Propaganda do TJMS

> Elaboração: Coordenadoria da Mulher

> > Contatos:

Fone: (67) 3314-1988 / (67) 3313-2443 E-mail: coordenadoriadamulher@tjms.jus.br





SUMÁRIO

Apresentação 02 Mensagem da Coordenadora

Semana da Justiça pela Paz em Casa

Dados Estatísticos

Ações Multidisciplinares

O

Apoio e participação em eventos

Mídias sociais, entrevistas, TV e Jornal

OB Formação continuada e especializada

Atuação nas Comarcas Próximos Passos

APRESENTAÇÃO



A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar é um órgão de assessoria vinculado à Presidência do TJMS, criada pelo Provimento n. 244, em 18 de outubro de 2011, em atendimento à Resolução n. 128 do Conselho Nacional de Justiça, para efetivar o compromisso do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul quanto à garantia dos direitos das mulheres.

As atribuições da Coordenadoria da Mulher são relativas à gestão de políticas, ações e mecanismos de prevenção e combate a violência contra a mulher, no âmbito do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, as quais encontram-se descritas na Resolução 254 de 4 de setembro de 2018, do CNJ, que também instituiu a Politica Judiciária Nacional de Enfrentamento à violência contra as mulheres.



Agosto Lilás

MENSAGEM DA COORDENADORA

O presente relatório apresenta as atividades desenvolvidas pelo Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, em alusão ao Agosto Lilás, mês da conscientização pelo fim da violência contra a mulher.

Em síntese, destaca-se as seguintes ações:

- Ênfase na prestação jurisdicional, com mensuração dos respectivos dados estatísticos;
- Ações interdisciplinares realizadas: entrevistas, palestras, diálogos, capilarização dos programas, participação em eventos, formação continuada dos Magistrados e Magistradas, além de outras atividades.

Importante salientar o Termo de Cooperação firmado entre o Tribunal de Justiça, por intermédio da Coordenadoria da Mulher e o Governo do Estado de MS, através da Secretaria de Estado de Turismo, Esporte, Cultura e Cidadania (SETESCC) e da Subsecretaria de Políticas para Mulheres (SPPM), cujo objetivo consiste em fortalecer e desenvolver ações conjuntas de combate à violência contra as mulheres, sobretudo às mulheres negras, indígenas e com deficiência.

Como primeira ação a ser executada pelo referido Termo de Cooperação, encontra-se em desenvolvimento o "Projeto de Cunho Técnico Cultural para a População indígena", idealizado por esta subescritora e validado pela Presidência deste Tribunal, que objetiva a tradução da Lei Maria da Penha sob o viés técnico e cultural para as principais línguas indígenas presentes no Estado, com a participação das mulheres indígenas.

O objetivo é dar visibilidade ao tema e sensibilizar a sociedade sobre a importância de compreender o fenômeno complexo da violência de gênero e formular alternativas para transformar a realidade violenta em que as mulheres brasileiras estão inseridas, em especial as sul-mato-grossenses.

Agradecemos a todos os Magistrados e Magistradas, servidores e servidoras e demais pessoas envolvidas que se dedicaram e somaram esforços neste movimento, que imprimiu resultados expressivos, reforçando o compromisso do Poder Judiciário em contribuir para a efetividade das políticas preventivas e repressivas no combate à violência de gênero contra as mulheres.

São resultados assim, que nos fazem acreditar e ter esperança na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável.

Desa. Jaceguara Dantas da Silva

Coordenadora

Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar



PROGRAMA NACIONAL JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

Promovido pelo Conselho Nacional de Justiça em parceria com os Tribunais de Justiça estaduais.

O objetivo é ampliar a efetividade da Lei Maria da Penha, concentrando esforços para tornar mais célere à prestação jurisdicional nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, além de promover ações multidisciplinares.

São realizadas 3 semanas durante o ano:

Anote na agenda

SEMANA PAZ EM CASA

LIVI CAJA / EUE

OGA 10 MARÇO Dia Internacional das mulheres.

🖊 14 A 18 💮 AGOSTO 📄 Aniversário da Lei Maria da Penha

20 A 24 NOVEMBRO Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher.



MÊS DA CONSCIENTIZAÇÃO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A campanha nasceu em 2016, idealizada pela Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres (SPPM) do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul.

Instituída pela Lei Estadual nº 4.969/2016, com objetivo de intensificar a divulgação da Lei Maria da Penha, sensibilizar e conscientizar a sociedade sobre o necessário fim da violência contra a mulher, divulgar os serviços especializados da rede de atendimento à mulher em situação de violência e os mecanismos de denúncia existentes.

O Agosto Lilás também foi instituído, em âmbito nacional, pela Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022.

Agosto Lilás

DADOS ESTATÍSTICOS

Fonte: BI Violência Doméstica – 04/09/2023

Quantidade de atos judiciais no mês de Agosto/2023

1.833	Audiências realizadas
2.305	Despachos proferidos
1.096	Medidas Protetivas Concedidas
37	Medidas Protetivas Denegadas
444	Medidas Protetivas Revogadas
2.305	Despachos proferidos
4	Sessões de julgamento do júri (Feminicídio)
3.194	Sentenças ou/e decisões proferidas
1.390	Sentenças de conhecimento com resolução de mérito em processos de violência doméstica contra a mulher
215	Sentenças de conhecimento sem resolução de mérito em processos de violência doméstica contra a mulher
9	Sentenças de conhecimento com resolução de mérito em processos de Feminicídio
3	Sentenças de conhecimento sem resolução de mérito em processos de Feminicídio

META 8/2023 DO PODER JUDICIÁRIO

Identificar e julgar, até 31/12/2023, 50% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2021 e 60% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2021.

GRAU DE CUMPRIMENTO

ANO	FEMINICÍDIOS	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
2023	117,50%	125,75%

Fonte de dados: BI Violência Doméstica – 04/09/2023

Objetivo da Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres:



Aperfeiçoar os sistemas informatizados do Poder Judiciário para viabilizar o fornecimento de dados estatísticos sobre a aplicação da Lei Maria da Penha, o processamento e o julgamento de ações cujo objeto seja feminicídio e das demais causas cíveis e criminais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher baseadas no gênero.

(Artigo 2°, X da Res. 254/2018 do CNJ)

Agosto Lilás

AÇÕES MULTIDISCIPLINARES

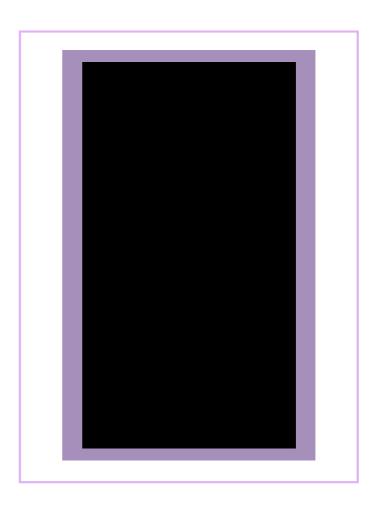
PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES



Assista pelo QR code







TJMS firma parceria com o Governo do Estado para o enfrentamento à violência doméstica e familiar contra mulher.





07 DE AGOSTO - 17 ANOS DA LEI MARIA DA PENHA

Em alusão a Campanha "Agosto Lilás 2023", o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul participou da cerimônia de assinaturas, promovida pelo Governo do Estado, oportunidade em que celebrou Acordo de Cooperação Técnica Nº 03.052/2023 entre o TJMS e a SETESCC, por intermédio da Secretaria de Estado Turismo, Esporte, Cultura e Cidadania e Subsecretaria de Estado de Políticas Públicas para Mulheres.

O referido termo objetiva a construção de ações conjuntas de enfrentamento à violência contra as mulheres, difundindo informações sobre os direitos e serviços disponíveis à mulher em situação de violência, sobretudo, às mulheres indígenas, negras e com deficiência.

Parcerias interinstitucionais

Termo de Cooperação entre o Poder Judiciário e a Fundação Instituto para o Desenvolvimento do Ensino e Ação Humanitária (IDEAH) da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP).

Reunião realizada com objetivo de operacionalizar e dar efetividade ao Termo de Cooperação assinado em maio deste ano pelo Poder Judiciário e pela Fundação Instituto para o Desenvolvimento do Ensino e Ação Humanitária (IDEAH), da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP).



A parceria tem por finalidade o desenvolvimento de ações conjuntas e coordenadas, visando a realização de cirurgias plásticas reparadoras em mulheres, crianças e adolescentes, vítimas de violência doméstica e familiar, quando a sequela resulta de crime ou ato infracional, conforme a Lei n.º 11.340/06, a Lei n.º14.344/22 e a Lei n.º 13.239/15.

Participaram da reunião:

Rosana Leite de Melo, Secretária Adjunta da SESAU;

Maurício Simões Corrêa, Secretário de Saúde do Estado de MS;

Assessores da Coordenadoria da Mulher e representantes das Secretarias Municipal e Estadual de Saúde de Campo Grande;

Cesar Benavides, Presidente da SBCP/MS;

Liliana Monteiro, Juíza de Direito que atuava na 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar;

Desa. Elisabete Anache, Coordenadora da Infância e Juventude TJMS;

Desa. Jaceguara Dantas, Coordenadora da Coordenadoria da Mulhe TJMS.

Autor da notícia: Secretaria de Comunicação - imprensa@tjms.jus.br



Ciclo de Palestras nos Correios



Em atenção à solicitação dos Correios, a equipe da Coordenadoria da Mulher realizou ciclo de palestras em alusão ao aniversário da Lei Maria da Penha, 7 de agosto. A ação objetivou sensibilizar sobre a temática da violência contra as mulheres e contribuiu com o Programa Diversidade, Inclusão e Direitos Humanos da entidade solicitante.

A atividade foi realizada pela equipe técnica da Coordenadoria da Mulher: Ana Eliza Matos dos Santos (Analista Judiciário), Rodrigo Kenji Miyazaki de Souza (Psicólogo), Sandra Regina Monteiro Salles (Psicóloga) e Vanessa Vieira (Assistente Social).

Público atingido: aproximadamente 200 profissionais dos correios, nas unidades de Campo Grande-MS.

17 de agosto - Edifício Sede







18 de Agosto - Centro de Distribuição Sul





22 de Agosto - Centro de Distribuição Guanandi





23 de Agosto - Centro de Distribuição Oeste





24 de Agosto - Centro de Distribuição Leste



29 de Agosto - Centro de Distribuição Norte



30 de agosto - Centro de Distribuição Centro



Parcerias interinstituionais







Convite

Convidamos para o encontro de validação dos resultados do Diagnóstico Situacional de Ribas do Rio Pardo. Esse encontro tem como objetivo apresentar, discutir e validar as informações colhidas com os(as) representantes da Rede de Proteção local. Contamos com a sua presença!

23/08

14h às 16h

CREAS Rua Senador Filinto Müller, 1637 Bairro São João



23 DE AGOSTO

Em atenção ao Termo de Cooperação firmado entre o TJMS e a Suzano, a Coordenadoria da Mulher, a Coordenadoria da Infância e Juventude e o Juiz de Ribas do Rio Pardo, Thiago Notari Bertoncello, participaram da reunião para validação do resultado do diagnóstico situacional apresentado pela Childhood, com vistas ao fortalecimento da rede de proteção da Comarca de Ribas do Rio Pardo.

PALESTRAS



A Juíza Adriana Lampert, titular da 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Ricardo Teixeira, Diretor do grupo de monitoramento eletrônico da Agepen, , ministraram palestra para os(as) discentes do curso de residência jurídica da Esmagis, sobre a temática da violência doméstica, uso da tornozeleira eletrônica e botão do pânico.

Objetivo da Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres:



Estimular parcerias entre órgãos governamentais, ou entre estes e entidades não governamentais, nas áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação, para a efetivação de programas de prevenção e combate a todas as formas de violência contra a mulher.

99

(Artigo 2°, II da Res. 254/2018 do CNJ)

Visita Institucional - Secretário Executivo do Ministério dos Povos Indígenas



A Desa. Jaceguara Dantas recebeu a visita institucional do Secretário Executivo do Ministério dos Povos Indígenas, Luiz Eloy Terena, acompanhado de seus assessores, para fortalecer parceiras e tratar de assuntos referentes a violência contra mulher indígena.

Participaram da reunião a Secretária adjunta da Secretaria de Estado de Turismo, Esporte, Cultura e Cidadania (SETESCC), Viviane Luiza e o Coordenador do Distrito Sanitário Especial Indígena em Mato Grosso do Sul, Arildo Alves Alcântara.



A Desa. Jaceguara Dantas recebeu a visita institucional do Cônsul-Geral do Consulado dos Estados Unidos da América de São Paulo, David Hodge.

Oportunidade em que trataram da temática da violência contra as mulheres.



APOIO E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES



Participação no Seminário Regional:

"Diálogos para Prevenção de Violências contra as Mulheres Indígenas Kaiowá, Guarani e Terena"

Participação no Seminário Regional:

"Diálogos para Prevenção de Violências contra as Mulheres Indígenas Kaiowá, Guarani e Terena"



EM MEMÓRIA DAS VÍTIMAS DE FEMINICÍDIO: RAISSA PRESENTE, ARIANE PRESENTE, NHANDESY ESTELA PRESENTE, PROFESSORA CORINA PRESENTE, JAINE PRESENTE, TATIANE PRESENTE, VANDA TEIXEIRA PRESENTE E AUGUSTA FERREIRA PRESENTE.



No dia 5 de agosto, na Reserva Indígena de Dourados, Aldeia Jaguapiru, aconteceu Seminário Regional: Diálogos para Prevenção de Violências contra as Mulheres Indígenas Kaiowá Guarani e Terena", o qual contou com a participação da Desa. Jaceguara Dantas, entre autoridades outras participantes. O evento tratou entre outros assuntos, sobre a implantação da Casa da Mulher Brasileira de Dourados, importante política pública de prevenção à violência contra as mulheres, sobretudo, mulheres indígenas Kaiowá Guarani e Terena do Cone Sul de MS.

O relatório final do "I Seminário Regional: Diálogos para Prevenção de Violências contra as Mulheres Indígenas Kaiowá Guarani e Terena" destacou que uma das reivindicações é que a Casa da Mulher Brasileira atenda as demandas das mulheres indígenas e que funcione de maneira ininterrupta, inclusive aos finais de semana.

O relatório pode ser acessado no pelo link: https://www.kunangue.com/

Participaram do evento: A Desembargadora Jaceguara Dantas, representando a Coordenadoria da Mulher-TJMS, as comunidade indígenas Jaguapiru, Bororó, Amambai, Nhanderu Marangatu, Eldorado, Limão Verde, Rio Brilhante, Rancho Jacaré, Panambizinho, e Retomadas Nhu Verá Guasu, Ytay, Yvu Verá.

E as seguintes autoridades: Pagu Rodrigues, representando o Ministério Das Mulheres; Neyla Mendes, Defensora do Conselho Estadual de Direitos Humanos; Gleice Jane, Deputada Estadual; Luiza Ribeiro, Vereadora de Campo Grande; Anastásia Divinskaya, Representante das ONU Mulheres Brasil; Alice Rocha, Conselho Tutelar Região leste de Dourados; Manuela Nicodemos, representante do Deputado Estadual Pedro Kemp; Jéssica Silva, representante da Prefeitura de Dourados; Marcelo Ripotti do IFMS; Luciano Garcia, Promotor Indigena; Valdomiro Osvaldo Aquino, Liderança Panambizinho; Bárbara Nicodemos, Viva Mulheres; Catia Paranho, UFGD; Paula Rodrigues O.K.A; Tônico Benites, FUNAl Ponta Porã; Teodora de Sousa, FUNAl Dourados; Alenir Aquino, Coordenadora da CTL Funai De Antônio João; Maria Regina, Polo de Dourados/SESAI; Inês Batista, Defensora Púública de defesa das Mulheres de Dourados; Andrea Bonito, Coordenadora de Políticas Públicas para Mulheres; Sidimar Franco do Movimento Acadêmico Indígena Kaiowá e Guarani (UFGD); Lucas Colares Pimentel, representando a Defensoria Pública do Estado/NUPIIR.



Seminário sobre primeira infância promovido pelo TCE-MS



SEMINÁRIO



No dia 4 de agosto, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul integrou o seminário de lançamento do Programa Integrado pela Garantia dos Direitos da Primeira Infância, promovido pelo Tribunal de Contas do MS.

Estiveram presentes na solenidade de lançamento a Desa. Elizabete Anache, coordenadora da Coordenadoria da Infância e da Juventude, representando o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, o Des. Luiz Gonzaga Mendes Marques, o Des. Sideni Soncini Pimentel, o Des. Nélio Stábile e a Desa. Jaceguara Dantas.

O programa foi instituído pela Resolução nº185/2023, com a finalidade de articular ações específicas no estímulo de políticas públicas que produzam resultados reais em benefício da primeira infância em Mato Grosso do Sul, com destaque especial aos primeiros mil dias de vida, que compreende da gestação aos dois anos de idade. Ressalte-se que em junho deste ano, o TJMS firmou Acordo de Cooperação com o TCE-MS, ao lado de outros parceiros do programa, como o Ministério Público, Defensoria Pública e a Associação dos Municípios do Estado (Assomasul).

Agosto Lilás

Participação na 3ª Reunião do COCEVID e da 17ª Jornada da Lei Maria da Penha





A Juíza Adriana Lampert, titular da 2ª Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Campo Grande, participou presencialmente, tanto da 3ª reunião do COCEVID quanto da XVII Jornada da Lei Maria da Penha, representando a Coordenadoria da Mulher-TJMS.





Desde 2007, o CNJ realiza a Jornada Lei Maria da Penha para celebrar o aniversário da sanção da Lei n. 11.340/2006.

Acesse todo o evento pelo QR code

O evento abordou os seguintes temas:

painel 1 - "O panorama atual e a evolução histórica da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres pelo Poder Judiciário";

Painel 2 - "Alteração da Lei Maria da Penha, pela Lei 14.550/2023, para garantia de maior proteção da mulher vítima de violência doméstica e familiar"



CARTA XVII Jornada Lei Maria da Penha

A Carta da XVII Jornada da Lei Maria da Penha aprovou 16 itens de propostas de ações para subsidiar a implementação da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento às Violências contra as Mulheres, todas de ampla importância, outrossim, neste contexto, destacam-se os itens 11 e 13, transcritos abaixo:

- 11) Propor ao Conselho Nacional de Justiça que inste aos Tribunais de Justiça dos Estados e do DF a que, durante as Semanas de Justiça pela Paz em Casa, sejam realizadas ações voltadas não apenas ao esforço concentrado de julgamentos, mas também sejam realizadas ações para articulação do Poder Judiciário com a Rede de Proteção, a exemplo de encontros, parcerias, acordos de cooperação técnica, dentre outras.
- 13) As Coordenadorias Estaduais da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar devem participar ativamente da rede de atendimento e enfrentamento à violência contra as mulheres e fomentar a articulação da rede de proteção e a participação dos juízos que atuam na violência doméstica e familiar contra a mulher em suas sedes de jurisdição.

Participação no evento da Comissão de Combate e Enfrentamento à Violência contra Mulheres - OAB/MS









A violência de gênero viola os direitos humanos de meninas e mulheres e os efeitos dessa violência impactam na vida de toda a família.

É preciso a união de esforços de todo o Sistema de Justiça, das Instituições de Segurança Pública e de toda a Sociedade, para que possamos alcançar uma sociedade mais inclusiva, igualitária e sobretudo, justa e democrática. E para isso, é fundamental a participação das mulheres em condições de igualdade nos espaços de tomada de decisão.

Desembargadora Jacequara Dantas

Participação na Reunião Ordinária da Rede Nacional de Ouvidorias, realizada pelo Conselho Nacional de Justiça.





A **Desa. Jaceguara Dantas,** Ouvidora Auxiliar Regional da Mulher da Região Centro-Oeste, e o **Des. Marcos José de Brito Rodrigues**, Ouvidor Judiciário do Tribunal de Justiça de MS, estiveram em Brasília (DF), dia 29 de Agosto, para participar da Reunião Ordinária da Rede Nacional de Ouvidorias, realizada pelo Conselho Nacional de Justiça, no Tribunal Superior do Trabalho (TST).

O evento destinou-se a ouvidores(as) do Poder Judiciário e coordenadores(as) de Ouvidorias das Mulheres. Contou com a presença do Conselheiro Ouvidor, Luiz Fernando Bandeira e da Ouvidora Nacional da Mulher, ministra do TST, Maria Helena Mallmann.

A reunião teve como pauta temas importantes como a implementação da Resolução CNJ nº 432/21 pelos tribunais, a formação e a capacitação para o atendimento das Ouvidorias da Mulher do Poder Judiciário e a criação do Sistema Nacional de Ouvidorias do Poder Judiciário.

A Rede Nacional de Ouvidorias é composta pelos ouvidores(as) dos tribunais, os(as) representantes dos Colégios de Ouvidores dos diversos seguimentos de Justiça, as ouvidoras da mulher do Poder Judiciário e as ouvidoras auxiliares à Ouvidoria Nacional da Mulher, com reuniões semestrais.

Autor da notícia: Secretaria de Comunicação - imprensa@tjms.jus.br

REUNIÃO ORDINÁRIA DA REDE NACIONAL DE OUVIDORIAS CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA





Participação no evento "Mulheres na Justiça: Novos Rumos da Resolução CNJ n. 255- 2.ª Edição"





A Desa. Jaceguara e as juízas Mariana Yoshida e Melyna Mescouto, participaram do evento.

O Conselho Nacional de Justiça promoveu, nos dias 30 e 31 de agosto de 2023, a 2.ª edição do encontro Mulheres na Justiça: Novos Rumos da Resolução CNJ n. 255. O evento aconteceu no Superior Tribunal de Justiça.

evento objetivo tem 0 de conhecimento disseminar resultados de pesquisas sobre a participação feminina, oportunizar a troca de experiências entre tribunais e conselhos e desenvolver, oficinas de trabalho, produtos para instrumentalizar a implementação da Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário.

A Juíza Mariana Rezende Ferreira Yoshida, titular da Vara Cívil de Rio Brilhante, participou como debatedora no Painel 2: "As mulheres e a construção de gênero na magistratura brasileira".

A juíza Melyna Machado Mescouto Fialho, titular da 2ª Vara Civil e Criminal de Jardim, participou como coordenadora do Painel 3: "Apresentação de estudos e pesquisas sobre gênero e raça no Poder Judiciário".





FORMAÇÃO CONTINUADA E ESPECIALIZADA



O curso 'Violência doméstica e familiar contra a mulher e a atuação interinstitucional' objetivou a formação dos magistrados(as) para identificar em suas decisões a complexidade e a dinâmica dos fundamentos da violência doméstica e familiar contra a mulher. O curso foi realizado sob a coordenação do Juiz Francisco Soliman, titular da 1ª Vara Cívil e Criminal de Costa Rica, no período de 23 a 25 de agosto, com 40 vagas.

Formadores(as): Mayara Luiza Schaefer Lermen; Desa Salise Monteiro Sanchotene, conselheira titular do CNJ; Clarissa Carlotto Torres; Alice Bianchini; Neidy Nunes Barbosa Centuriao; Elaine Cristina Ishiki Benicasa; Sandra Regina Monteiro Salles; Ana Eliza Matos dos Santos; Helena Alice Machado Coelho; Adriana Lampert; Liliana de Oliveira Monteiro e Thiago Notari Bertoncello.

Objetivo da Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres - (Res. CNJ n. 254/2018)



Fomentar a política de capacitação permanente de magistrados e servidores em temas relacionados às questões de gênero e de raça ou etnia por meio das escolas de magistratura e judiciais (art. 8°, VII, da Lei n. 11.340/2006).

(Artigo 2°, VII da Res. 254/2018 do CNJ)

Formação Continuada e Especializada







MÍDIAS SOCIAIS, ENTREVISTAS E JORNAIS

As redes sociais são ferramentas importantes para compartilhar informações, notícias e ideias, pois facilita disseminar informações mais rapidamente e alcançar mais pessoas.

Neste sentido, foi postado nas redes sociais do TJMS, mensagem diária acerca da temática da violência contra a mulher, durante os cinco dias da 24ª Semana da Justiça pela Paz em Casa.

Público atingido pelas redes sociais do TJMS

DADOS ATUALIZADOS EM 04/09/2023

CAMPANHA "JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA (INSTAGRAM, FACEBO				
Mês de Agosto	Alcance	Visualizações	Interações	
Post Feed 1	1580	1689	109	
Post Feed 2	1240	1317	96	
Post Feed 3	1069	1130	46	
Post Feed 4	599	617	20	
Post Feed 5	753	796	26	
TOTAL	5241	5549	297	

O resultado do alcance do público conforme aferição realizada, evidencia a importância da realização de campanha de conscientização de combate à violência contra a mulher, através das redes sociais.











Entrevistas e Reportagens







Entrevista para o MSTV 1°

O Juíz de Direito **Francisco Soliman**, coordenador do curso, a Desa. **Jaceguara Dantas** e o Juíz de Direito **Juliano Luiz Pereira**, falaram sobre o curso "Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e a atuação Interinstitucional", credenciado pela ENFAM - Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.

A capacitação objetiva promover uma sensibilização maior da magistrada e do magistrado para que adotem a perspectiva de gênero em seus julgamentos, levando em consideração a desigualdade de gênero que permeia nossa realidade, o que fará a diferença na vida dessas mulheres, impactando sobretudo as relações familiares, sócio-políticas e jurídicas que esta mulher está inserida, destacou a Desembargadora Jaceguara Dantas



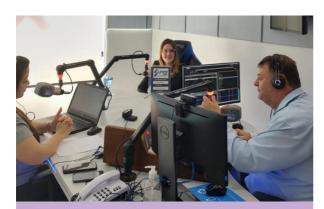
Juiz de Direito Ronaldo Gonçalves Onofri, titular da 2ª Vara de Camapuã, e equipe concederam entrevistas à rádio local



Entrevistas e Reportagens

Juiz Francisco Soliman, titular da 1ª Vara de Costa Rica foi entrevistado pelo Jornal Bom Dia MS e falou sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher.





Juíza Laísa de Oliveira Ferneda Marcolini, titular da 2ª Vara de Costa Rica.



Entrevista ao Bom Dia MS.

Desa. Jaceguara Dantas explanou a respeito da repercussão após STF proibir tese de legítima defesa em júri de feminicídio.



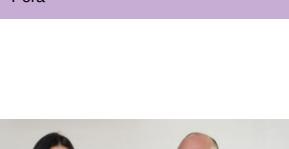
Desa. Jaceguara Dantas da Silva concedeu entrevista para TV Justiça sobre o Agosto Lilás.

Entrevistas e Reportagens



Juiz Walter Arthur Alge Netto, titular da 3ª Vara Civel de Nova Andradina concedeu entrevista em rádio local







Juiz Substituto, Eduardo Augusto Alves, da comarca de Água Clara, realizou entrevista ao jornal Bom Dia MS.



Juíza Substituta, Lídia Geanne Ferreira e Cândido, da 2ª Vara da Comarca de Chapadão do Sul, concedeu entrevista à radio local de Paraíso das Águas.

ATUAÇÃO NAS COMARCAS

PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

ATUAÇÃO NAS COMARCAS

COMARCA DE ÁGUA CLARA





Juiz Substituto, Eduardo Augusto Alves, da comarca de Água Clara, participou da solenidade de abertura a 3ª capacitação do Programa Mulher Segura - PROMUSE .

COMARCA DE ANGÉLICA



A Juíza Substituta, Camila Neves Porciúncula, da Comarca de Angélica. ministrou 4 palestras em escolas públicas.



Lançamento do Grupo Reflexivo para Autores de Violência Doméstica "Construindo um futuro sem violência"



COMARCA DE ANGÉLICA

Blitz Educativa - Violência contra as Mulheres







Motoristas e motociclistas receberam orientações de enfrentamento à violência contra a mulher. A ação aconteceu nas ruas da cidade de Angélica.

COMARCA DE ANGÉLICA





Palestra para as beneficiárias do CAD Único da Secretaria de Assistência Social.

COMARCA DE CAMAPUÃ



Juiz Ronaldo Gonçalves Onofri, titular da 2ª Vara de Camapuã, reuniu com servidores e servidoras para sensibilização acerca do Agosto Lilás.

COMARCA DE CORUMBÁ

CAMPANHA CIRANDA LILÁS



A ideia da troca de vivências, a "Campanha Ciranda lilás", surgiu após reunião entre o Comandante do 6° Batalhão de Polícia Militar e o Juiz Alan Robson, titular da 2ª Vara Criminal.

O objetivo é dialogar e trocar experiências entre os(as) profissionais da Polícia Militar e servidores(as) do Judiciário da Comarca de Corumbá sobre o atendimento à vítima de violência doméstica.

A Campanha alcançou 99% do efetivo da PM da Comarca.

COMARCA DE CORUMBÁ





Juiz Alan Robson de Souza Gonçalves, titular da 2ª Vara de Corumbá participou do evento realizado pelo Ministério Público.





COMARCA DE CORUMBÁ

DISTRITO DE ALBUQUERQUE





Roda de conversa sobre o combate à violência contra a mulher para moradores(as) do Distrito de Albuquerque.

A equipe do 6° Batalhão de Polícia Militar realizou uma palestra contando com a participação da oficiala de justiça Arlene Inez de Carvalho Costa, representando o Poder Judiciário.

COMARCA DE CHAPADÃO DO SUL





Palestras realizadas pela Juíza Lídia Geanne Ferreira, da 2ª Vara da Comarca de Chapadão do Sul, no Campus Universitário de Chapadão do Sul, com professores(as), coordenadores(as) e alunos(as) dos cursos de agronomia, engenharia florestal e administração.



COMARCA DE CHAPADÃO DO SUL E PARAÍSO DAS ÁGUAS/MS



Juíza Lídia Geanne Ferreira e Cândido, da 2ª Vara da Comarca de Chapadão do Sul, participou de roda de conversa com as mulheres, fortalecendo as ações em alusão ao Agosto Lilás.





COMARCA DE ITAQUIRAÍ





Juíza Larissa Ribeiro Fiuza, titular da Vara Cível e Criminal de Itaquiraí, realizou palestras em alusão à Campanha "Agosto Lilás" e a 24ª Semana Justiça pela Paz em Casa.



COMARCA DE NOVA ANDRADINA



Juiz Walter Arthur Alge Netto, titular da 3ª Vara Cível de Nova Andradina, participou de evento sobre a campanha do Agosto Lilás, a convite da Procuradoria da Mulher.



"Como magistrado estou convencido que a punição aos agressores é importante, mas só o trabalho de prevenção, de divulgação e de conscientização da sociedade é o que pode fazer a diferença. Agosto lilás é pra manter viva essa temática. Não podemos esmorecer, deixar que o movimento perca a força. As palestras, as reuniões, passeatas, enfim, todas as ações cumprem um papel relevante". (Walter Arthur Alge Netto, juíz titular da 3ª Vara Cível de Nova Andradina)

Fonte: https://www.novaandradina.ms.leg.br/institucional/noticias/tribuna-a-convite-da-procuradoria-da-mulher-juiz-fala-sobre-a-campanha-201cagosto-lilas201d

COMARCA DE NOVA ANDRADINA



Juiz Walter Arthur Alge Netto, titular da 3ª Vara Cível da Comarca de Nova Andradina participou de roda de conversa no Centro de Referência no Atendimento à Mulher de Nova Andradina -MS.

COMARCA DE DEODÁPOLIS



Juíza Substituta Natalia Devechi Picoli Antunes participou do Evento "Educação com Equidade", na Escola Estadual Scila Médici, realizado em parceria com o CREAS, na comarca Deodápolis.

Na roda de conversa a Juíza abordou temas relacionados a temática do enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres, sensibilizando sobre os tipos de violência e informando sobre os canais de denúncia.



COMARCA DE PONTA PORÃ

Juíza Thielly Dias de Alencar Pitthan, titular da 2ª Vara Criminal de Ponta Porã, participou da Audiência Pública "Enfrentamento contra a violência às mulheres" realizada no plenário da Câmara Municipal de Ponta Porã.







COMARCA DE RIBAS DO RIO PARDO





Assistente Social Adma Freitas da Silva, servidora do Poder Judiciário, sob jurisdição do Juiz Thiago Notari Bertoncello, titular da 1ª Vara Civil de Ribas do Rio Pardo, palestrou sobre temas relacionados à violência contra as mulheres no Centro Social Brasil Criança Cidadã. O evento realizado pela Equipe Intersetorial do Poder Executivo de Ribas do Rio Pardo contou com a participação de mais de 200 beneficiários(as) do Programa Bolsa Família.



"Sensibilização Agosto Lilás"
Equipe da Comarca de Ribas do Rio Pardo
Juiz Thiago Notari Bertoncello, titular da 1ª
Vara Civil de Ribas do Rio Pardo

COMARCA DE RIBAS DO RIO PARDO



O Juiz Thiago Notari Bertoncello apresentou dois dados importantes sobre o combate à violência contra as mulheres: "Em 2019 houve 60 condenações para o crime de feminicídio. Isso é um grande avanço, porque a Lei Maria da Penha veio para ficar e se fortalece na medida em que as mulheres denunciam estes crimes. Por outro lado, 71,3% dos casos de feminicídios aconteceram porque as mulheres não se utilizaram das medidas protetivas".

Fonte

https://www.ribasdoriopardo.ms.gov.br/publicacoes/3384/assistencia-social-inicia-campanha-do-agosto-lilas-em-ribas-

O evento também contou com a contribuição da palestrante Dirlene Joceli Colla, Assistente Social do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.





COMARCA DE RIO NEGRO



Juiz Bruce Henrique dos Santos, titular da Comarca de Rio Negro, ministrou palestra para a comunidade local de Rio Negro e Corguinho, em parceria com a Secretaria Municipal de Assistencial Social.





CORGUINHO





COMARCA DE RIO BRILHANTE



Juíza Monique Rafaele Antunes Krieges, da Vara Criminal de Rio Brilhante, participou de ação junto às detentas da comarca, falando sobre violência de gênero contra a mulher.



COMARCA DE SIDROLÂNDIA

EVENTO "AÇÃO LILÁS"

Juiz Ricardo Adelino Suaid, da Vara Criminal de Sidrolândia, promoveu evento em alusão ao Agosto Lilás, onde mais de 300 pessoas tiveram a oportunidade de ouvir palestras com diferentes aspectos da violência doméstica, informações sobre a rede de proteção e acolhimento das vítimas.









COMARCA DE SONORA





Juiz Substituto Túlio Nader Chrysostomo, da Vara Cívil e Criminal de Sonora, proferiu palestra no Encontro com as Mulheres do Serviço de Fortalecimento de Vínculos do município, promovido pelo CREAS e pelo CRAS local.

Em sua palestra, abordou temáticas importantes para o enfrentamento à violência doméstica contra a mulher.



COMARCA DE SONORA



Lançamento do Grupo Reflexivo: Rompendo o ciclo

Presença do Juiz Diretor do Foro, Túlio Nader Chrysostomo e das servidoras/colaboradoras: Déborah Cristina Rocha Sozzo de Barros, Nicoli Souza da Silva e Ana Paula de Matos Romera Melo



No decorrer da palestra foi abordado o tema da violência doméstica, machismo, programas e projetos desenvolvidos e proposto diálogo pertinente aos temas abordados.

Palestra na Escola Estadual Comandante Maurício Coutinho Dutra.



PRÓXIMOS PASSOS

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

AGENDA DE ATIVIDADES

Replicação dos programas e execução de novas iniciativas.

Protetivas + on-line Ampliação da ferramenta para as Comarcas de entrância especial:

CORUMBÁ

DOURADOS

TRÊS LAGOAS

É uma ferramenta digital para que mulheres em situação de violência doméstica possam solicitar medidas protetivas de urgência, pelo celular, tablet, notebook ou computador, e assim, de forma simples e sem burocracia, no prazo de até 48 horas, terão seus pedidos analisados pela Justiça.



Mãos Empenhadas contra a Violência Barbearias

Prevista para 18/09

Formação que propõe a qualificação de profissionais de estética masculina para que sejam agentes multiplicadores de informação e parceiros no combate à violência contra as mulheres.



Ação com a SUZANO em Ribas do Rio Pardo-MS

Ações desenvolvidas pelas Coordenadorias da Mulher e da Infância e Juventude, em atenção ao Termo de Cooperação firmado pelo TJMS e SUZANO.

Prevista para 19/09



Formação acerca do Programa Maria da Penha na Roda de Tereré para mais de 60 multiplicadores(as).



Oficinas temáticas para os trabalhadores e trabalhadoras.



Curso Dialogando Igualdades

Formação de Facilitadores(as) para execução de grupos reflexivos, prevista pra 45 pessoas em Campo Grande.

Agenda:

25 e 26 de Setembro de 2023

C

AGENDA DE ATIVIDADES

Replicação dos programas e execução de novas iniciativas.



Fortalecimento da Rede de Atendimento e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher

Formação prevista para Jardim e Nova Alvorada

02 e 03 de Outubro-2023

Objetiva fomentar a constituição e ampliação de redes de serviços para uma atuação articulada entre as instituições que a compõem, inclusive com o desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de combate.

Acordo de Cooperação Técnica N° 03.052/2023

Conecta Jus Mulher

Construção de plano de trabalho

Previsto para Outubro/2023

Em atenção ao Termo de Cooperação firmado entre o TJMS e Poder Executivo Estadual.

Construção de ações relacionadas ao combate a violência de gênero, com viés em segurança pública, saúde, educação, esporte, trabalho, cultura e cidadania, em seu aspecto interseccional:

Mulheres Indígenas;

Mulheres Negras;

Mulheres com deficiência.

t

ConectaJus Mulher

Conectando você à Rede de Proteção de sua cidade!

Trata-se de projeto que viabilizará uma plataforma digital no site do tribunal de Justiça do MS que concentrará todas as informações da Rede de proteção e atendimento à mulher em situação de violência em um só lugar.

Projeto de autoria da Juíza Adriana Lampert, titular da 2ª Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Desa. Jaceguara Dantas

Previsto para Novembro/2023

Q

AGENDA DE ATIVIDADES

Replicação dos programas e execução de novas iniciativas.

Controlled Convencionalidad na Garanti dos Direito Humano

CURSO CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE
PARA MAGISTRADOS E MAGISTRADAS
CREDENCIADO PELA ENFAM

Formação prevista para: 20, 21 E 22 DE SETEMBRO

O Controle de Convencionalidade na Garantia dos Direitos Humanos

22 de grandendo de Convencionalidade na Garantia dos Direitos Humanos

23 de grandendo de Convencionalidade na Garantia dos Direitos Humanos

24 de grandendo de Convencionalidade na Garantia dos Direitos Humanos

Objetiva realizar o controle de convencionalidade na prática judicial, a fim de contribuir para a construção do Sistema de Proteção dos Direitos Humanos.

10



VISUAL LAW

Linguagem simples e acessível pelo Fim da Violência doméstica contra as mulheres

Propor comunicação acessível entre o Poder Judiciário e os jurisdicionados(as) por meio da utilização do visual law como forma de facilitar a compreensão das vítimas de violência doméstica e demais envolvidos(as) acerca das informações jurídicas.

Projeto de autoria da Juíza Adriana Lampert, titular da 2ª Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Desa. Jaceguara Dantas

11

Acordo de Cooperação Técnica N° 03.029/2023

Execução de plano de trabalho

Realização de cirurgias plásticas reparadoras em mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e familiar.

Neste termo de cooperação cabe à Coordenadoria da Mulher realizar contato prévio com as mulheres para posterior encaminhamento aos especialistas indicados pelo Instituto, a fim de ser verificada a possibilidade ou não de realização da cirurgia plástica.

A VIDA COMEÇA QUANDO A **VIOLÊNCIA** CABA"

Maria da Penha Maia Fernandes

Anote na agenda

PRÓXIMA SEMANA PAZ EM CASA ightarrow 2023



20 A 24



NOVEMBRO 🗪 25 - Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher.



Contato







coordenadoriadamulher@tjms.jus.br



(67) 3314-1988



www.tims.jus.br

